

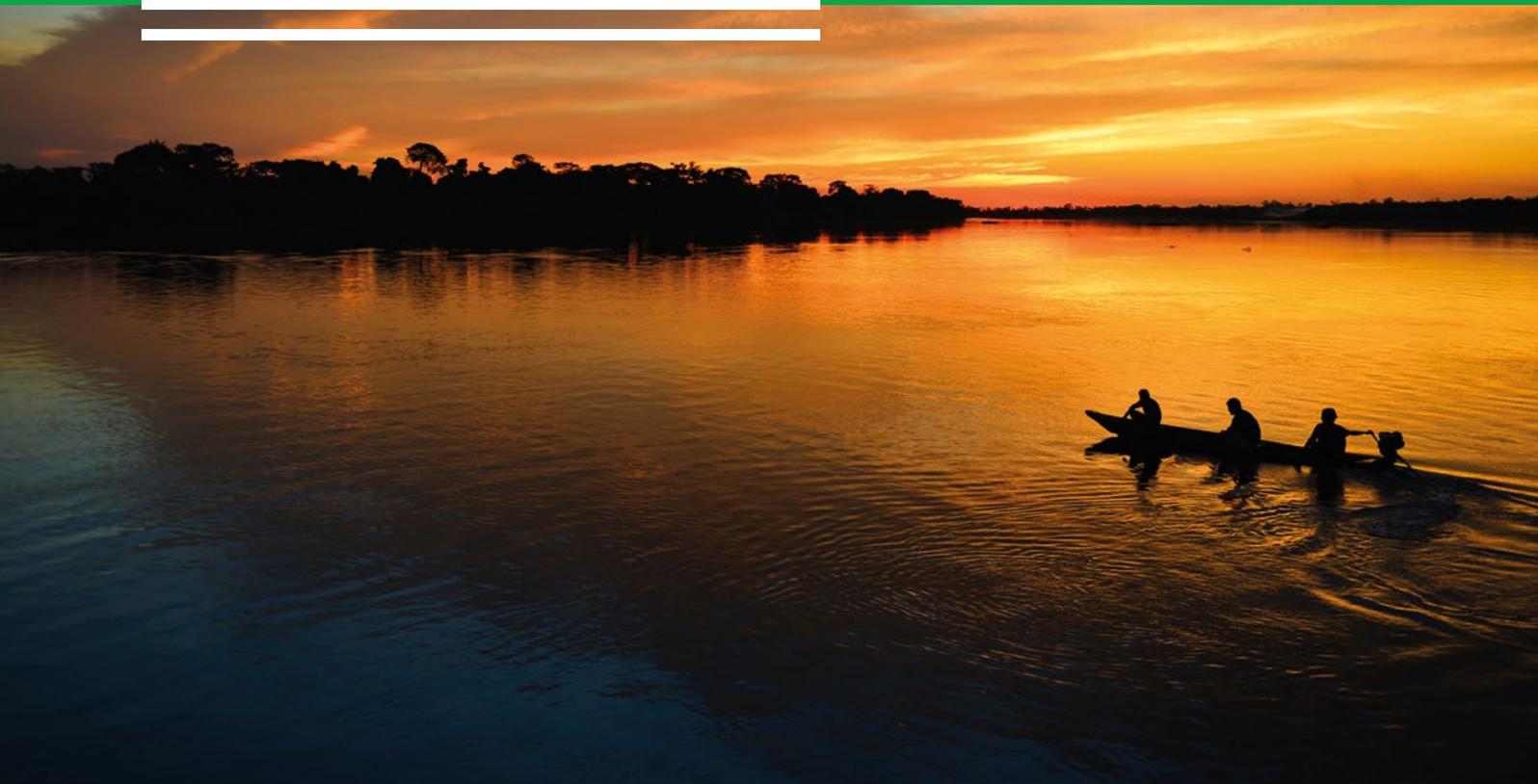


AGENDA CEBDS  
**POR UM PAÍS SUSTENTÁVEL 2022**

---

---

---



# Créditos

---

---

Copyright: Conselho Empresarial Brasileiro para o  
Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) 2022

**Presidente:**

Marina Grossi

**Diretor-executivo:**

Ricardo Mastroti

**Organização:**

Luana Maia, Juliana Lopes e Roberto Pellim

**Redação e revisão:**

André Escada, Henrique Luz, Isabella Mondino, Josilene Rocha,  
Karina Simão, Nina Von Lachmann e Viviane Romeiro

**Projeto Gráfico e Diagramação:**

IG+ Comunicação Integrada

**Endereço para site e redes sociais**

[cebds.org](http://cebds.org)

[Facebook.com/CEBDSBR](https://Facebook.com/CEBDSBR)

[Instagram.com/cebds\\_sustentavel](https://Instagram.com/cebds_sustentavel)

[Linkedin.com/company/cebds-br](https://Linkedin.com/company/cebds-br)

[Twitter.com/CEBDS](https://Twitter.com/CEBDS)

[Youtube.com/CEBDSBR](https://Youtube.com/CEBDSBR)

**Endereços CEBDS**

**Rio de Janeiro**

Av. Almirante Barroso, 81 – 33º andar – Centro

Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20031-004

+55 21 2483-2250

**São Paulo**

R. Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 445 – Pinheiros

São Paulo – SP – CEP: 05415-030

+55 11 4280-1580

[cebds@cebds.org](mailto:cebds@cebds.org)

# SUMÁRIO

O que é o CEBDS	4
CAPÍTULO 1 - Carta da Presidente	5
CAPÍTULO 2 - Introdução	7
CAPÍTULO 3 - Propostas	9
Proposta 1 - Combate ao desmatamento ilegal	9
Proposta 2 - Reflorestamento e recuperação de áreas degradadas	12
Proposta 3 - Mercado de carbono regulado nacional	15
Proposta 4 - Redução de emissões de metano	18
Proposta 5 - Sistemas alimentares sustentáveis	21
Proposta 6 - Diminuição das desigualdades sociais	24
Proposta 7 - Aplicação das regras da OIT sobre povos indígenas	27
Proposta 8 - Transição energética	30
Proposta 9 - Metas de biodiversidade	33
Proposta 10 - Licenciamento ambiental	35
Proposta 11 - Saneamento básico	38
Proposta 12 - Inovação tecnológica	41

# O que é o CEBDS

---

---

---

**O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) é uma associação civil sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento sustentável no Brasil, por meio da articulação junto aos governos e à sociedade civil, além de divulgar os conceitos e práticas mais atuais do tema.**

A instituição, que completa 25 anos em 2022, foi fundada em 1997 por um grupo de grandes empresários brasileiros atento às mudanças e oportunidades que a sustentabilidade trazia, principalmente a partir da Rio-92.

Hoje reúne 100 dos maiores grupos empresariais do país, de todos os setores da economia, com faturamento somado que equivale a 47% do PIB e responsáveis por mais de 1,1 milhão de empregos diretos.

Representa no Brasil a rede do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), que conta com quase 60 conselhos nacionais e regionais em 36 países, atuando em 22 setores industriais, além de contar com 200 grupos empresariais que atuam em todos os continentes.

# Mensagem da Presidente

**Estamos em ano eleitoral, e, como ocorreu nos pleitos de 2014 e 2018, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) quer contribuir com propostas factíveis para colocar o Brasil na trilha do desenvolvimento sustentável, rumo a uma economia verde, próspera e inclusiva.**

O momento é crítico. As eleições 2022 acontecem em um cenário em que o mundo ainda se recupera da pandemia de covid-19, foi surpreendido pelo conflito armado Rússia-Ucrânia e seus impactos para a segurança energética e alimentar global, e já mergulha na emergência climática, tentando evitar que a temperatura da Terra se eleve acima de 1,5°C, o objetivo do Acordo de Paris. O Brasil é afetado por todas essas crises, por isso, é mandatário que a agenda do desenvolvimento sustentável seja discutida com a atenção que merece por nossos presidentes.

Diante desse quadro, neste ano antecipamos nossas ações e publicamos, já no mês de abril, a Carta Aberta aos Presidentes, documento que elenca 12 propostas para promover o desenvolvimento sustentável do país durante o próximo governo (2023-2026).

Em junho, realizamos um debate aberto sobre as propostas no Seminário Visão 2050, em parceria com o jornal Valor Econômico. Agora, estamos dando mais um passo importante, que é a divulgação desta "Agenda CEBDS - Por um País Sustentável 2022", com o detalhamento das propostas que o setor empresarial está trazendo para o próximo mandato presidencial.

Exemplos não faltam de como uma agenda verde é boa para todo o Brasil. Vejamos três propostas lançadas nas edições passadas desta Agenda CEBDS. Uma delas foi a aprovação, em 2020, do novo Marco Legal do Saneamento Básico. Em 2018, propusemos alterações nas normas do setor para expandir os investimentos, com participação e cooperação de entes públicos e privados. Com a aprovação do novo marco regulatório, o setor vive uma movimentação no Brasil, com novas concessões e parcerias público-privadas (PPP), indicando que corrigir o déficit de saneamento até 2033 é uma missão possível.

Outro avanço veio com a promulgação da lei que instituiu a Política Nacional dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), também

uma proposta capitaneada pelo CEBDS nas últimas eleições. A lei, que vinha sendo debatida desde 2007, abre espaço para a exploração de recursos naturais de forma sustentável, desenvolvendo uma bioeconomia competitiva e única e remunerando de forma justa e equitativa quem preserva os ecossistemas.

Outra proposta que apresentamos em 2018 foi a criação de um mercado regulado de carbono nacional, bandeira levantada pelo CEBDS para acelerar a transição para uma economia de baixo carbono. É um tema que avançou nos últimos anos e entrou definitivamente na pauta das políticas públicas nacionais, ainda que não esteja totalmente consolidado. Por isso reaparece neste documento.

Neste ano, nossas propostas tangibilizam desafios que o Brasil precisa enfrentar. São caminhos que podem fazer com que o grande ativo ambiental brasileiro ajude a diminuir nosso enorme passivo social.

Acreditamos que o desenvolvimento sustentável não é uma agenda partidária, mas de Estado. O próximo governo será lembrado por ter ou não compreendido as oportunidades que esse novo cenário global traz. A adoção de práticas sustentáveis promove a redução da injustiça social, a inclusão e a prosperidade com base em atividades que não esgotem nossos recursos naturais, criando empregos qualificados e atraindo investimentos. Qualquer ação em direção oposta a essa significa perda de competitividade, represálias comerciais e prejuízos ao mercado nacional.

Vemos a década entre 2021 e 2030 como a janela de oportunidades que o mundo precisa para acelerar a transição para a economia de baixo carbono. Continuar com o “business as usual” não é uma opção, e o Brasil é parte importante dessa equação. É hora de o país capturar as oportunidades da transição climática com todos os seus diferenciais competitivos e assumir, de uma vez, seu papel de protagonista nesse cenário.



**É HORA DE O PAÍS CAPTURAR AS OPORTUNIDADES DA TRANSIÇÃO CLIMÁTICA COM TODOS OS SEUS DIFERENCIAIS COMPETITIVOS E ASSUMIR, DE UMA VEZ, SEU PAPEL DE PROTAGONISTA NESSE CENÁRIO**



MARINA GROSSI  
presidente do CEBDS

# Introdução

**Promover a retomada da economia brasileira em bases sustentáveis deve ser prioridade para os próximos governantes, tanto no nível federal quanto nos Estados. O país precisa de um plano estratégico com políticas públicas e ações que direcionem o desenvolvimento nacional para uma agenda verde - ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável.**

Por isso, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável apresenta a "Agenda CEBDS – Por um País Sustentável 2022". É a terceira edição do documento, lançado durante o período eleitoral com o objetivo de contribuir com o debate sobre caminhos sustentáveis para o crescimento econômico e a redução da desigualdade no Brasil.

Assim como em 2014 e 2018, o CEBDS busca colaborar com os candidatos na formulação de suas políticas, com soluções que tragam maior competitividade e prosperidade dentro dos quatro anos de mandato.

A construção das pautas para o futuro do país tem como premissa básica a democracia. Esse é um pilar inegociável, que deve ser preservado e defendido. Não existe desenvolvimento sustentável sem democracia.

Esta publicação completa o percurso iniciado com a Carta Aberta aos Presidenciáveis, lançada em abril, e continuado com os debates promovidos em junho no Seminário Visão 2050 - O Futuro é Feito Agora. O evento reuniu oito CEOs de empresas, representantes do governo e especialistas, em sete painéis, que discutiram caminhos para o desenvolvimento do país tendo como referência a ["Visão 2050"](#), do CEBDS.

Como nessas iniciativas anteriores, as ideias desta agenda são resultado de amplo diálogo entre a equipe técnica do CEBDS, suas empresas associadas e muitos outros atores com quem o Conselho tem trabalhado ao longo dos anos.

As proposições da agenda são divididas em 12 tópicos: redução do desmatamento; florestas e uso do solo; mercado de carbono; diminuição das emissões de metano; promoção de sistemas alimentares com práticas sustentáveis; redução das desigualdades sociais;

regulamentação da convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais; transição energética; implementação das metas a serem definidas na COP 15 de Biodiversidade; licenciamento ambiental; saneamento básico; e inovação tecnológica.

São ações que podem ser executadas nos próximos quatro anos de mandato, seja no Poder Executivo ou Legislativo, em nível federal ou estadual. Ao trazerem a perspectiva empresarial brasileira, podem auxiliar presidente, governadores, senadores e deputados estaduais e federais na construção de um país mais sustentável. É o compromisso do CEBDS de ser também uma entidade de assessoramento dos diversos níveis do governo brasileiro, independentemente de colorações ideológicas e partidárias.

O lançamento da Agenda CEBDS coroa também um ano de protagonismo do setor empresarial brasileiro. Em agosto, promovemos a imersão de oito CEOs pelo coração da Amazônia. Realizada dentro do Movimento Empresarial pela Amazônia, foi a maior reunião de líderes de grandes empresas para vivenciar a realidade da floresta. A experiência trará potentes inspirações rumo a uma nova forma de fazer negócios no bioma, alinhada a propostas que apresentamos nesta agenda - como a redução da desigualdade social, o combate ao desmatamento ilegal e a recuperação de áreas degradadas.

O CEBDS chegou também à simbólica marca de 100 empresas associadas, demonstrando o avanço da sustentabilidade nos negócios e o papel de vanguarda e referência técnica exercido pelo Conselho. A entidade reúne 7 das 10 maiores companhias com atuação no Brasil em receita líquida, de todos os principais setores da economia, com um faturamento somado que equivale a quase 50% do PIB brasileiro.

A publicação da “Agenda CEBDS – Por um País Sustentável 2022” reforça o papel do setor empresarial na transformação para um novo modelo de desenvolvimento. É um convite para o aprofundamento do diálogo e de ideias capazes de contribuir para a construção de um Brasil mais próspero, justo e sustentável.



A publicação da “Agenda CEBDS – Por um País Sustentável 2022” reforça o papel do setor empresarial na transformação para um novo modelo de desenvolvimento.



## Proposta

1

Reduzir o desmatamento ilegal em 15% ao ano em 2023 e 2024 e em 40% ao ano em 2025 e 2026, tendo como base os índices do ano de 2022 – essa é uma medida fundamental para o sucesso do compromisso climático do país e para valorizar aqueles que atuam de acordo com a legislação.



## SITUAÇÃO ATUAL

O Brasil assumiu o compromisso de zerar o desmatamento ilegal até 2028 na Conferência do Clima da ONU - COP 26, alcançando uma redução de 15% entre 2023 e 2024 e de 40% entre 2025 e 2026.

Hoje o desmatamento ilegal no país é responsável por 44% das emissões do país, segundo o Sistema de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Seeg)<sup>1</sup>, do Observatório do Clima, e em 2021, 98% das áreas desmatadas tiveram indícios de irregularidades, segundo o Relatório Anual de Desmatamento (RAD)<sup>2</sup>, do MapBiomas Brasil.

Ainda segundo o RAD, em 2021, o desmatamento cresceu 20% em todo o território nacional, em comparação com o ano anterior. Os dados apontam que o país perdeu 16.557 km<sup>2</sup> (1.655.782 ha) de cobertura de vegetação nativa em todos os biomas brasileiros.

Especificamente o bioma Amazônico concentrou 59% da área desmatada em 2021. Em junho de 2022, segundo dados do Deter/Inpe<sup>3</sup>, houve um recorde de áreas com alerta de desmatamento desde 2016, chegando a 1.120 km<sup>2</sup> de floresta derrubada.



## ONDE QUEREMOS CHEGAR

Desmatamento ilegal zero, com desmatamento legal decrescente e incentivo econômico à restauração.

Combater o desmatamento precisa ser um dos pilares estratégicos do governo brasileiro de enfrentamento à crise climática. Neste contexto, a aplicação das políticas de comando e controle, bem como as políticas de incentivo como os mecanismos de compensação que remunerem pelo não desmatamento se tornam fundamentais, como pagamentos por serviços ambientais, mercado de carbono, infraestrutura e pesquisa e desenvolvimento, por exemplo.

O setor empresarial brasileiro se manifesta formalmente sobre o tema desde 2020, quando lançou o [Comunicado do Setor Empresarial Brasileiro](#). Esse documento consolidou o apoio de mais de 90 empresas em torno de sete temas estratégicos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e demais biomas, sendo o primeiro deles: *Combate inflexível e abrangente ao desmatamento ilegal na Amazônia e demais biomas brasileiros*

<sup>1</sup> SEEG e Observatório do Clima. Impacto da pandemia de Covid-19 nas emissões de gases de efeito estufa no Brasil, 2020. [https://seeg-br.s3.amazonaws.com/OC\\_nota\\_tecnica\\_FINAL.pdf](https://seeg-br.s3.amazonaws.com/OC_nota_tecnica_FINAL.pdf)

<sup>2</sup> Relatório Anual de Desmatamento 2021 - São Paulo, Brasil, MapBiomas, 2022. [https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/rad2021/RAD2021\\_Completo\\_FINAL\\_Rev1.pdf](https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/rad2021/RAD2021_Completo_FINAL_Rev1.pdf)

<sup>3</sup> <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/alerts/legal/amazon/aggregated/>



## **POR QUE IMPLEMENTAR ESSA PROPOSTA?**

Zerar o desmatamento ilegal é condição necessária para cumprir a meta assumida pelo Brasil em sua Contribuição Nacionalmente Determinada (em inglês, NDC - National Determined Contribution). Para isso, precisamos de ações efetivas diretamente relacionadas, como:

- Fiscalização pelos órgãos competentes devidamente capacitados, assim como a responsabilização pelos crimes ambientais;
- Eficiência e transparência no monitoramento dos biomas e disposição dos dados em tempo real;
- Análise de toda a cadeia produtora, para incentivar, do início ao fim dos processos de produção, a adequação às normas ambientais e sanitárias.
- Garantia da proteção das áreas a serem destinadas e sistemas de unidades de conservação de forma mais efetiva, para garantir a conservação da biodiversidade e a oferta de serviços ecossistêmicos que colaboram, por exemplo, com a manutenção do regime de chuvas necessário para a produção agrícola em todo o país.

Uma pesquisa recente feita pelo PoderData<sup>4</sup>, a pedido do Instituto Clima e Sociedade, aponta que sete a cada dez brasileiros entendem que a conservação da Amazônia é fundamental para o desenvolvimento econômico no país.

Há também uma preocupação internacional em relação à preservação das florestas no Brasil, impulsionada pela flexibilização das leis ambientais e da fiscalização, acarretando no afastamento de investidores. A combinação de tais fatores faz com que o país deixe de aproveitar o enorme potencial que possui para desenvolvimento de uma bioeconomia.



**COMBATER O DESMATAMENTO  
PRECISA SER UM DOS  
PILARES ESTRATÉGICOS DO  
GOVERNO BRASILEIRO DE  
ENFRENTAMENTO À CRISE  
CLIMÁTICA.**

<sup>4</sup><https://www.poder360.com.br/conteudo-patrocinado/70-dizem-que-preservar-a-amazonia-e-importante-para-a-economia/>



José Cruz/Agência Brasil

## Proposta

# 2

Desenvolver um plano de ação para colocar em prática a Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso do Solo, prevendo medidas que viabilizem o reflorestamento de 18 milhões de hectares de florestas até 2030 e a recuperação de 30 milhões de hectares de áreas de pastagens degradadas.



## SITUAÇÃO ATUAL

---

---

O compromisso Declaração das Florestas ("Forest for Deal") foi assinado por mais de 130 países, que representam 91% das florestas do planeta, e aborda temas como agricultura sustentável e o uso sustentável da terra. Entre os signatários estão Brasil, China e Indonésia. O objetivo é avançar com ações para deter e reverter a perda florestal e a degradação do solo até 2030. O compromisso classifica os povos indígenas como guardiões da floresta. Países desenvolvidos se comprometeram a destinar R\$ 12 bilhões de fundos públicos de 12 países até 2025 para financiar a proteção florestal. Além disso, também foram anunciados US\$ 7,2 bilhões em recursos privados de empresas e instituições filantrópicas, e o compromisso de CEOs de mais de 30 instituições financeiras pelo afastamento de atividades relacionadas a commodities que contribuem significativamente para o desmatamento. Porém, países deverão mostrar resultados para ter acesso a esses recursos.

Apesar dos compromissos assumidos, as taxas de desmatamento no Brasil seguem quebrando recordes. Em 2020, o país perdeu 24 árvores por segundo<sup>5</sup>. Em 2021, a área desmatada cresceu 20% em relação ao ano anterior<sup>6</sup>. Na Amazônia, o desmatamento registrado em 2021 foi o maior dos últimos 10 anos<sup>7</sup>.



## ONDE QUEREMOS CHEGAR

---

---

As taxas de desmatamento representam um chamado urgente. É preciso consolidar uma visão de país em que a valorização das florestas seja a base de políticas públicas, gerando desenvolvimento, valor econômico e bem-estar a partir de seus ativos.

Para isso, é necessário que se desenvolva um plano de ação em linha com a Declaração das Florestas, prevendo medidas que viabilizem o reflorestamento de 18 milhões de hectares de florestas até 2030 e a recuperação de 30 milhões de hectares de áreas de pastagens degradadas.

<sup>5</sup> <https://mapbiomas.org/pais-perdeu-24-arvores-por-segundo-em-2020>.

<sup>6</sup> MapBiomas Alerta: RELATÓRIO ANUAL DO DESMATAMENTO NO BRASIL, 2021.

Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/rad2021/RAD2021\\_Completo\\_FINAL\\_Rev1.pdf](https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/rad2021/RAD2021_Completo_FINAL_Rev1.pdf).

<sup>7</sup> <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-cresce-29-em-2021-e-e-o-maior-dos-ultimos-10-anos/#:~:text=Em%202021%2C%20foram%20devastados%20507,principalmente%20nas%20%C3%A1reas%20mais%20cr%C3%ADticas>.



## POR QUE IMPLEMENTAR ESSA PROPOSTA?

A mudança no uso do solo foi responsável por 46% das emissões de CO<sub>2</sub> no Brasil em 2020<sup>8</sup>. Sendo assim, zerar o desmatamento é de suma importância para que se cumpra a NDC brasileira, bem como a meta de longo prazo de emissões líquidas zero em 2050. Isso requer fortalecer o sistema de fiscalização e governança ambiental, estruturando as áreas às quais compete essa tarefa, como Ibama e ICMBio, e um sistema integrado de informações com transparência em relação a dados, favorecendo a rastreabilidade. Também se faz necessário proteger áreas com sistemas de unidades de conservação de forma mais efetiva para garantir a preservação da biodiversidade<sup>9</sup>.

No país, a vegetação nativa pode gerar um ativo de cerca de R\$ 6 trilhões por ano em serviços ecossistêmicos e boa parte desse patrimônio encontra-se em propriedades privadas sob a forma de Reservas Legais (167 milhões de hectares, ou 29% da vegetação nativa). Portanto, é fundamental preservá-las, pois elas fornecem condições mínimas para a manutenção da biodiversidade em regiões produtivas<sup>10</sup>.

O conjunto dessas ações fortalece vantagens competitivas já construídas pelo país, por exemplo, no agronegócio, e ajuda a desenvolver novas. Existem soluções testadas e escaláveis para aumento da produtividade com financiamento subsidiado por meio do Programa ABC11, evitando a necessidade de abertura de novas áreas e abrindo espaço para atividades de restauro, a fim de cumprir as metas assumidas pelo Brasil.

<sup>8</sup> SEEG Brasil - Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. Disponível em: <<http://seeg.eco.br>>.

<sup>9</sup> Cebds, 2020. Comunicado do Setor Empresarial Brasileiro. Disponível em: <<https://cebds.org/setor-empresarial-cobra-agenda-sustentavel-do-governo-brasileiro/#.YvVKz3bMLIV>>

<sup>10</sup> METZGER, Jean Paul et al. Por que o Brasil precisa de suas Reservas Legais. Perspectives in Ecology and Conservation, v. 17, n. 3, p. 104-116, 2019. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2530064419301750#:~:text=A%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20ambiental%20do%20Brasil,nativa%2C%20as%20chamadas%20Reservas%20Legais.&text=Essa%20obriga%C3%A7%C3%A3o%20de%20proteger%20a,o%20C%C3%B3digo%20Florestal%20de%201934>>.

<sup>11</sup> Financiamento a investimentos que contribuam para a redução de impactos ambientais causados por atividades agropecuárias. BNDES, 2020. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/programa-abc>



Proposta

3

Criar um mercado de carbono regulado nacional, bem como um sistema de registro de compensações de emissões de gases de efeito estufa (GEE), e estimular o mercado voluntário de carbono – observando os padrões e as práticas internacionais –, garantindo a competitividade da nossa indústria e valorizando as soluções agroflorestais que nosso país oferece.



## SITUAÇÃO ATUAL

A descarbonização da economia é um processo irreversível e com cada vez mais força. Após a COP 26, principal marco das negociações climáticas internacionais desde o Acordo de Paris, ficou ainda mais evidente a necessidade de ação conjunta entre todas as áreas da sociedade. O setor empresarial coloca-se, cada vez mais, como pioneiro na agenda de ambição climática no Brasil, e deve considerar como será impactado pela mudança global do clima, tanto em aspectos físicos como em termos da transição rumo a uma economia descarbonizada.

Neste âmbito, o governo federal sinalizou que reconhece a relevância dessa agenda através da publicação do Decreto 11.075/2022, que estabelece alguns elementos iniciais para regulamentação do mercado de carbono no Brasil. Ancorado na Política Nacional sobre Mudança do Clima (a PNMC, lei 12.187/2009), o texto pode ser um ponto de partida para a precificação dos gases do efeito estufa no Brasil, mas precisa ser aperfeiçoado tanto nas propostas como para um direcionamento de um Projeto de Lei do Executivo Federal.

O texto do decreto contempla questões relevantes para os projetos de lei de mercado de carbono que tramitam no Congresso, como a definição de metas setoriais e a criação do Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Sinare), mas tem muitas questões em aberto, inclusive prazos, e não deixa clara a participação mandatória dos setores econômicos que serão regulados pelo mercado ou se haverá consequências para o descumprimento das metas.



## ONDE QUEREMOS CHEGAR

A precificação de carbono é uma realidade: existem 68 iniciativas de precificação, via taxação ou comércio de emissões, em todo o mundo. São 46 países e 36 jurisdições subnacionais com iniciativas implementadas, as quais, juntas, cobrem 12 GtCO<sub>2</sub>e, o que representa 23% das emissões globais de gases de efeito estufa. No mapa do Banco Mundial que traz esses dados, o Brasil aparece como um país que avalia a implementação de um mercado regulado de carbono<sup>12</sup>.

É fundamental que a proposta de regulação incorpore as contribuições dos setores regulados, de especialistas e da sociedade civil. Entre recomendações estão: criação de um ecossistema de mercados, com um sistema de registro para o mercado voluntário e um "cap & trade" para o mercado regulado; implementação gradual; proteção

<sup>12</sup> Cenário de precificação de carbono global. Disponível em: <https://carbonpricingdashboard.worldbank.org/>

à competitividade empresarial e à soberania nacional; previsibilidade e segurança jurídica; e boa governança, com eficácia no sistema de precificação de carbono e regras e procedimentos transparentes.



## POR QUE IMPLEMENTAR ESSA PROPOSTA?

---

---

Muitos compromissos net zero foram adotados e é preciso viabilizar não só a sua aplicação, com a adoção de políticas públicas estruturadas, mas também a fiscalização da qualidade destes compromissos, e como contribuem diretamente para o enfrentamento da crise climática. O Brasil encontra-se em um momento de muitas questões e definições da política climática de curto e longo prazos. A construção está em curso e vai determinar o cumprimento dos nossos compromissos e a nossa inserção na economia climática que já se constrói no mundo.

O Brasil tem na transição para a economia de baixo carbono uma série de grandes oportunidades de aumento de produtividade, geração de empregos e renda. Um dos mecanismos mais eficientes para alavancar as nossas vantagens competitivas é a criação de um mercado regulado de carbono nacional<sup>13</sup>.

O mercado regulado de carbono é uma pauta atraente e estratégica para o Brasil. Somos um dos países com maior potencial de venda de créditos de carbono, que podem gerar receitas líquidas de até US\$ 72 bilhões até 2030, apontou o Environmental Defense Fund - dinheiro que poderá estimular a inovação no setor produtivo e financiar a transição para uma economia verde competitiva e inclusiva. As empresas brasileiras podem perder até R\$ 24 bilhões ao ignorar o desmatamento nas cadeias de valor, segundo estudo da Accountability Framework Initiative (AFI) e Carbon Disclosure Project<sup>14</sup>.

É importante que o país aprove uma lei e regulamente com urgência um mercado regulado nacional, a exemplo de modelos mais avançados e maduros de nossos parceiros comerciais - como a Comunidade Europeia, México, Coreia do Sul, Reino Unido, China e de vários Estados dos EUA e Canadá. Com um mercado regulado robusto, estaremos alinhados a uma política governamental de combate às mudanças climáticas com grandes oportunidades de atração de investimentos, cooperação internacional, criação de empregos e justiça climática. O setor empresarial brasileiro quer fazer parte dessa solução<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> Cebds, 2022. Posicionamento do setor empresarial brasileiro sobre o mercado regulado de carbono nacional. Disponível em: <https://cebds.org/posicionamento-do-setor-empresarial-brasileiro-sobre-o-mercado-regulado-de-carbono-nacional/#.YurdH3bMLrd>

<sup>14</sup> Introduction to CDP Forests Disclosure 2022. Disponível em: [https://cdn.cdp.net/cdp-production/comfy/cms/files/files/000/006/015/original/CDP\\_Europe\\_forest\\_disclosure\\_webinar\\_May\\_2022.pdf](https://cdn.cdp.net/cdp-production/comfy/cms/files/files/000/006/015/original/CDP_Europe_forest_disclosure_webinar_May_2022.pdf)

<sup>15</sup> Cebds, 2022. Posicionamento do setor empresarial brasileiro sobre o mercado regulado de carbono nacional. Disponível em: <https://cebds.org/posicionamento-do-setor-empresarial-brasileiro-sobre-o-mercado-regulado-de-carbono-nacional/#.YurdH3bMLrd>



## Proposta

# 4

Construir um plano de ação para redução de emissões de metano, levando em consideração todas as fontes de emissão existentes no país, e estabelecer diretrizes que incentivem essa diminuição, a exemplo do aproveitamento energético na forma de biocombustíveis, como o biogás.



## SITUAÇÃO ATUAL

---

---

Na COP 26, foi assinado o Compromisso Global de Metano (Global Methane Pledge), liderado pelos EUA e pela União Europeia. O documento foi chancelado por mais de 100 países, incluindo o Brasil, que se comprometeram com a meta coletiva de redução das emissões de metano em, pelo menos, 30% até 2030 em relação aos níveis de 2020. Os EUA e a União Europeia anunciaram um suporte de US\$ 328 milhões para auxiliar na implementação de ações alinhadas com o compromisso.

Neste sentido, o governo federal brasileiro lançou, em março de 2022, o Programa Nacional de Redução de Metano de Resíduos Orgânicos, ou Metano Zero<sup>16</sup>. Com foco dado aos resíduos sólidos urbanos e agrícolas, visa ao aproveitamento energético de resíduos ou produtos orgânicos na geração de biogás e biometano.



## ONDE QUEREMOS CHEGAR

---

---

O principal setor emissor de metano no Brasil é o agropecuário, responsável por 72% das emissões nacionais em 2020, seguido do setor de resíduos, com 16%<sup>17</sup>. No entanto, não há, no Programa Metano Zero, menção sobre redução de emissões de metano provenientes da fermentação entérica, responsável por 92% das emissões de metano do setor agropecuário em 2020<sup>18</sup>, equivalente a 66% das emissões nacionais no ano.

Dessa forma, entende-se que é necessária a inclusão da principal fonte de emissão de metano nacional no escopo do programa, de modo a torná-lo ainda mais ambicioso.



## POR QUE IMPLEMENTAR ESSA PROPOSTA?

---

---

O metano é o segundo principal gás de efeito estufa, apenas atrás do CO<sub>2</sub>. Uma redução forte, rápida e sustentada de metano, responsável por cerca de 0,5°C do aquecimento global total de 1,09°C em comparação à era pré-industrial, pode contrabalancear o efeito de aqueci-

<sup>16</sup> Brasil, 2022. Programa Nacional Metano Zero. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/climaozoniodesertificacao/ProgramaMetanoZero.pdf>

<sup>17</sup> SEEG Brasil - Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. Disponível em: <http://seeg.eco.br>.

<sup>18</sup> SEEG Brasil - Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. Disponível em: <http://seeg.eco.br>.

mento após o fim da emissão de aerossóis e aumentar a qualidade do ar. Com tempo de vida útil menor do que o do CO<sub>2</sub>, as reduções de emissão de metano são essenciais para as metas de 2050<sup>19</sup>.

Entre os principais benefícios da redução das emissões de metano, destaca-se a diminuição da poluição atmosférica e seus efeitos na saúde. Globalmente, poderia resultar na prevenção de cerca de 260 mil mortes prematuras e 775 mil visitas hospitalares relacionadas à asma anualmente, assim como 25 milhões de toneladas em perdas de safra<sup>20</sup>. No Brasil, 276 mortes por doenças respiratórias e cardíacas são registradas a cada 10 milhões de toneladas de metano. O país também perdeu 4.900 horas de trabalho devido à exposição ao calor extremo. A produção de grãos é outro setor afetado pela emissão de metano, com diminuição na produção de milho e soja<sup>21</sup>.

Além disso, a redução das emissões de metano representa uma grande oportunidade por meio do aproveitamento energético de resíduos. Segundo estimativas da Associação Brasileira do Biogás (Abiogás), o Brasil tem potencial de produzir, até 2030, cerca de 30 milhões de metros cúbicos por dia de biometano, que pode ser usado como combustível com um potencial energético equivalente ao do gás natural fóssil. Isso seria suficiente para tirar da natureza 36% das emissões de metano no país em menos de uma década, mais do que a meta estipulada em Glasgow<sup>22</sup>.

O biometano tem alto potencial de uso na mobilidade como uma alternativa ao gás natural veicular (GNV), ao diesel e à gasolina. O Brasil tem a explorar, de forma descentralizada e em volumes relevantes, uma espécie de pré-sal verde, com capacidade estimada de aproveitar 120 milhões de m<sup>3</sup> de biometano por dia, originada por completo de resíduos orgânicos, um volume maior que a produção diária de gás do pré-sal, ou 4 vezes maior que a capacidade do gasoduto Brasil–Bolívia.

<sup>19</sup> IPCC, 2021: Summary for Policymakers. In: Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [MassonDelmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S.L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M.I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T.K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu, and B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press. In Press.

<sup>20</sup> Pnuma, 2022. Avaliação Global de Metano. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/report/global-methane-assessment-benefits-and-costs-mitigating-methane-emissions>

<sup>21</sup> ONU, 2022. <https://news.un.org/pt/story/2021/05/1749942>

<sup>22</sup> Abiogás, 2021. "Biogás pode reduzir emissões de metano em mais de 30% até 2030", revela o presidente da Abiogás na COP26. Disponível em: <https://bit.ly/3dd53wR>



Proposta

5

Promover sistemas alimentares com práticas agrícolas sustentáveis, de forma inclusiva e rastreável, que vão aumentar a produtividade, reduzir perdas e desperdícios e regenerar paisagens, além de contribuir para a erradicação da fome.



#### SITUAÇÃO ATUAL

O Brasil é o segundo maior exportador de alimentos do mundo, e a agropecuária nacional tem importantes impactos ambientais, econô-

micos e no bem-estar social. Representando mais de 40% do PIB brasileiro e empregando 1 a cada 3 trabalhadores, o setor agroalimentar é muito relevante para a economia do país.

O Brasil passou de importador para um dos maiores exportadores de alimentos em apenas 50 anos, com o apoio da Embrapa. A produtividade brasileira aumentou 386% e a área agrícola apenas 83%<sup>23</sup>, segundo relatório da ONU.

No entanto, no Brasil, o uso da terra e a agropecuária representam mais de 70% das emissões de gases do efeito estufa, são os maiores consumidores de água doce e a maior ameaça para a biodiversidade. Até chegar ao consumidor, mais de um terço dos alimentos é perdido ou desperdiçado. Outro problema é a falta de acesso a alimentos por grande parte da população, principalmente às opções mais saudáveis. A fome atinge 33,1 milhões de brasileiros. É necessário o trabalho conjunto de atores públicos, privados, sociedade civil, academia e consumidores para mudar esse cenário.



## ONDE QUEREMOS CHEGAR

O Brasil deve buscar acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover dietas saudáveis e acessíveis, por meio da agricultura e sistemas sustentáveis, sem desperdícios, respeitando os limites planetários e o bem-estar social<sup>24</sup>. Para isso, deve assumir seu papel de protagonismo como um dos maiores produtores globais de alimentos sustentáveis, aumentar a produtividade e o poder regenerativo do setor de alimentos sem expandir o uso da terra, usar tecnologia e inovação e acessar o potencial da sociobiodiversidade, ao mesmo tempo que a preserva.

Para tanto, é essencial cumprir a meta de eliminar o desmatamento ilegal até 2028<sup>25</sup> e oferecer alternativas econômicas ao desmatamento ilegal e legal, como a transição sustentável da agricultura. Nesse sentido, as metas do plano ABC+, que também foram apresentadas na COP 26<sup>26</sup>, como a de recuperar 30 milhões de hectares de pastagens degradadas<sup>27</sup> e implementar a integração lavoura-pecuária-floresta em 10,1 milhões de hectares até 2030<sup>28</sup>, têm um papel crucial

<sup>23</sup> Agropecuária brasileira ajuda a salvar o planeta, reconhece a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2021/05/agropecuaria-brasileira-ajuda-a-salvar-o-planeta-reconhece-a-convencao-quadro-das-nacoes-unidas-sobre-mudanca-do-clima/>

<sup>24</sup> Cebds, 2021. Visão 2050. Disponível em: <https://cebds.org/publicacoes/vi-sao-2050/#YurH13bMLrc>

<sup>25</sup> REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Acordo de Paris, Contribuição Nacionalmente Determinada - NDC. Brasília, 8 de fevereiro de 2022.

<sup>26</sup> Brasil anuncia meta de restauração e agricultura de baixo carbono: 22 milhões de hectares até 2030. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/brasil-anuncia-meta-de-restauracao-e-agricultura-de-baixo-carbono-22-milhoes-de-hectares>

<sup>27</sup> Saldo da COP26, WRI 2021. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/o-saldo-da-cop26-o-que-conferencia-do-clima-significou-para-o-brasil-e-o-mundo>

<sup>28</sup> Plano ABC+: entenda metas do agro para reduzir emissão de poluentes até 2030. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/11/11/pla->

no cumprimento da NDC brasileira. Deve-se investir fortemente na resiliência do setor agrícola para eventos como secas, queimadas, enchentes e migração. O investimento na esfera social também é fundamental, principalmente com a implementação de due diligence em direitos humanos, acessibilidade digital, capacitação, assistência técnica, mecanismos de compensação e engajamento em cadeia.



## POR QUE IMPLEMENTAR ESSA PROPOSTA?

Os riscos de não implementação são substancialmente maiores que os custos de implementação. Segundo o relatório "Growing Better"<sup>29</sup>, da FOLU (Food and Land Use Coalition), existem US\$ 12 trilhões de custos ocultos por ano atrelados à indústria global de alimentos e uso da Terra. A cifra é maior que a estimativa de valor do sistema alimentar global em US\$ 8 trilhões, feita pelo Banco Mundial<sup>30</sup>. Portanto, os sistemas alimentares já estão gerando maior prejuízo à sociedade do que lucro.

Além disso, com a tendência de aumento do aquecimento global, a produtividade das lavouras em todo o mundo pode cair 10% até 2050 e até 25% ao final do século, segundo pesquisa publicada no Journal of Environmental Economics and Management<sup>31</sup>. O setor agroalimentar é um dos mais vulneráveis às mudanças climáticas, o que pode levar à quebra de safras e ao fechamento de vagas de emprego.

Toda crise é também uma oportunidade. De acordo com o EAT-Lancet<sup>32</sup>, uma transformação global sustentável dos sistemas alimentares pode gerar US\$ 2,3 trilhões em novas oportunidades de negócios e fornecer até 800 milhões de empregos até 2030. E, de acordo com um documento da FAO<sup>33</sup>, o Brasil está no centro da tendência: a agricultura mundial terá de ampliar em 80% a produção de alimentos até 2050, e o Brasil deverá responder por metade desse montante<sup>34</sup>.

A inovação será uma das chaves para acessar oportunidades. Segundo a pesquisa "Retomada verde inclusiva"<sup>35</sup>, a recuperação de 6,5 milhões de hectares de pastagens degradadas no Cerrado deve acrescentar R\$ 3,4 bilhões à economia local até 2030 e reduzir a pressão para a abertura de novas áreas para o agronegócio.

---

[no-abc-entenda-metas-do-agro-para-reduzir-emissao-de-poluente-ate-2030.ghtml](#)

<sup>29</sup> <https://www.foodandlandusecoalition.org/wp-content/uploads/2019/09/FOLU-GrowingBetter-GlobalReport.pdf>

<sup>30</sup> <https://blogs.worldbank.org/voices/do-costs-global-food-system-outweigh-its-monetary-value>

<sup>31</sup> Global vulnerability of crop yields to climate change. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0095069621000450>.

<sup>32</sup> [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(18\)31788-4/full-text](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)31788-4/full-text)

<sup>33</sup> <https://blogs.canalrural.com.br/embrapasoja/2020/09/21/o-brasil-na-producao-global-de-alimentos/>

<sup>34</sup> <https://forbes.com.br/forbesagro/2021/05/agropecuaria-brasileira-ajuda-a-salvar-o-planeta-reconhece-a-convencao-quadro-das-nacoes-unidas-sobre-mudanca-do-clima/>

<sup>35</sup> <https://climainfo.org.br/2020/09/03/agricultura-de-baixo-carbono/>



## Proposta

# 6

Elaborar um plano para a redução das desigualdades sociais focado na geração de emprego e renda, na recuperação do déficit educacional agravado pela pandemia de Covid-19, na ampliação da rede de atenção à saúde e na garantia de direitos fundamentais, com a inclusão e o combate à discriminação contra grupos sociais minoritários e vulneráveis.



## SITUAÇÃO ATUAL

---

---

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, onde mais de um décimo da população vive abaixo da linha da pobreza<sup>36</sup>. Mulheres e negros apresentam maior taxa de desocupação e recebem salário menor, em comparação com homens e brancos realizando o mesmo trabalho.

A vulnerabilidade de Povos Indígenas, Tradicionais e Originários é bastante alta - e se acentuou com a pandemia de Covid-19. Mulheres, em geral, realizam jornada de trabalho dupla ou tripla sem remuneração, por serem responsabilizadas por cuidar da casa e de pessoas próximas.



## ONDE QUEREMOS CHEGAR

---

---

Criar um ambiente regulatório que promova um aumento no número de negócios de impacto social como resultado de alianças entre empresas e empreendedores das comunidades periféricas.

Ampliar e difundir modelos de negócios inclusivos nos quais a diversidade se confirma como fator-chave para estratégias organizacionais.

Reorientar a economia para atendimento de necessidades socioambientais.



## POR QUE IMPLEMENTAR ESSA PROPOSTA?

---

---

A desigualdade social elevada no Brasil causa impactos profundos na sociedade. Criar ferramentas que reduzam essa disparidade é fundamental para o país ter um desenvolvimento sustentável e mais justo.

É preciso investir na qualificação técnica e na adaptação da força de trabalho a ferramentas digitais e auxiliar as pessoas de toda a cadeia a se adaptar à nova era. Para isso, é necessário ofertar novos métodos de ensino, incluindo aprendizagem experiencial e treinamento com base em tecnologia, que ajudem a desenvolver as competências fundacionais e renováveis para o futuro.

Tal cenário contribuirá para que o setor empresarial garanta vagas de

<sup>36</sup> NERI, Marcelo C. e HECKSHER, Marcos D. "A Montanha-Russa da Pobreza", Marcelo Neri e Marcos Hecksher – 15 págs., Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 - FGV Social. Disponível em: <https://cps.fgv.br/PobrezaMensal>

aprendizagem para adolescentes em situação de vulnerabilidade social, bem como para promover e capacitar a liderança feminina dentro das companhias.

O setor público e as empresas podem participar juntos da criação de condições para que empreendedores sociais desenvolvam soluções para problemas sistêmicos, como a segregação socioespacial nas cidades, a dificuldade de acesso aos serviços públicos e privados, a falta de novas soluções de mobilidade e a precariedade das moradias.

Há ainda muitas oportunidades para os negócios de impacto na base da pirâmide, direcionadas às faixas econômicas C, D e E, e que poderiam beneficiar cerca de 50 milhões de pessoas no Brasil.

Nesse cenário, o governo federal, com apoio das empresas, precisa lançar um olhar sobre os territórios e contribuir para o desenvolvimento de suas potencialidades. A título de exemplo, estima-se que 15 milhões de pessoas vivam em favelas no Brasil - 7% da população total. Esta população representa R\$ 119 bilhões em poder de consumo. Os negócios também devem estabelecer alianças com o setor público para investimentos estruturados nos territórios. Tomando a realidade da Amazônia como exemplo, devem ser promovidas soluções de educação para geração de renda nas regiões, oferecendo apoio para que a política pública acompanhe esse modelo de transformação de forma sustentável.



Criar ferramentas que reduzam essa disparidade é fundamental para o país ter um desenvolvimento sustentável e mais justo



## Proposta

# 7

Estabelecer procedimentos para aplicação das regras de consulta prévia, livre e informada da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, garantindo o respeito a esse direito e a segurança jurídica para as atividades econômicas nessas áreas, com o consentimento das populações tradicionais.



## SITUAÇÃO ATUAL

Embora o Brasil tenha ratificado a Convenção 169 da OIT Sobre Direitos dos Povos Indígenas e Tribais, promulgada pelo decreto 5051/2004, a mesma não foi regulamentada, produzindo um quadro de grande incerteza jurídica com impactos relevantes sobre os processos de licenciamento.

As normas presentes na Convenção coincidem com a Constituição Brasileira de 1988, que prevê que "os povos indígenas têm o direito de continuar existindo como povos distintos com sua identidade cultural própria, suas próprias instituições e de determinar seu próprio destino".



## ONDE QUEREMOS CHEGAR

Estabelecer normas para os procedimentos de execução do processo de Consulta Livre Prévia e Informada por meio da construção de entendimentos comuns entre diferentes partes envolvidas no processo, incluindo povos indígenas e outras comunidades tradicionais, setor empresarial, Ministério Público e governo federal.



## POR QUE IMPLEMENTAR ESSA PROPOSTA?

Embora a Convenção possa ter uma abordagem mais abrangente, já que estabelece a necessidade de prévia consulta aos povos indígenas e tribais sempre que uma medida administrativa ou legislativa possa afetá-los diretamente, é no âmbito do licenciamento ambiental que ela tem sido mais avocada, sobretudo pelo Ministério Público.

Nesses processos, os órgãos ambientais e intervenientes têm recebido recomendações para que se promova a escuta às comunidades nos casos de licenciamento (prévio, de instalação e operação) e também para procedimentos menos complexos, como a pesquisa mineral, ou mesmo para a emissão de atos secundários vinculados às licenças emitidas. Isso provoca insegurança no corpo técnico dos órgãos, que, muitas vezes, por precaução, paralisam a tramitação dos processos.

Como o Brasil já tem uma normatização para licenciamento através da portaria interministerial (PI) 60, recomenda-se buscar uma convergência para que o cumprimento dessa normativa atenda também aos preceitos da OIT 169. Não faz sentido desenvolver dois processos diferentes para os mesmos direitos dos povos tradicionais.

Para isso, o governo pode promover um processo de regulamentação da OIT 169, específico para o licenciamento ambiental, alinhado aos procedimentos da PI 60, estabelecendo claramente quais grupos sociais devem ser abrangidos, bem como em quais procedimentos as oitivas são cabíveis. Também deve estabelecer normativas gerais para os processos de oitiva e deixar mais claro que somente serão adotadas exigências diante da verificação denexo causal entre o empreendimento e as comunidades impactadas.



**PROMOVER UM PROCESSO  
DE REGULAMENTAÇÃO DA  
OIT 169, ESPECÍFICO PARA O  
LICENCIAMENTO AMBIENTAL,  
ESTABELECENDO CLARAMENTE  
QUAIS GRUPOS SOCIAIS DEVEM  
SER ABRANGIDOS, BEM COMO  
EM QUAIS PROCEDIMENTOS AS  
OITIVAS SÃO CABÍVEIS**



## Proposta

# 8

Desenvolver, no primeiro ano de governo, e colocar em prática um plano estratégico de transição energética, com medidas de curto, médio e longo prazo, centrado na expansão de energias renováveis, na eficiência energética, no incentivo e fomento à mobilidade híbrida - combinando a eletrificação dos veículos com a utilização dos biocombustíveis -, na digitalização do setor elétrico e no empoderamento dos consumidores.



## SITUAÇÃO ATUAL

---

---

O setor energético é responsável por cerca de 75% das emissões globais de CO<sub>2</sub>. Por isso, diversas oportunidades econômicas surgirão no setor mais impactante para as estratégias de redução global de emissões - tanto com tecnologias atuais como com inovações. Enquanto a Agência Internacional de Energia (IEA)<sup>37</sup> e grandes *players* mundiais vocalizam a necessidade de caminhar para matrizes com emissões líquidas zero, o Brasil ruma para uma matriz mais poluente.

O Brasil tem uma matriz energética relativamente limpa comparada à média global, especialmente em relação aos países desenvolvidos, ainda muito dependentes de carvão, petróleo e gás natural, por exemplo. Apesar de o setor energético não ser o principal setor emissor de gases do efeito estufa no Brasil (cerca de 18% do total em 2020, segundo o SEEG), essa participação ficará cada vez maior com a necessária redução do desmatamento no país.

Outro ponto que vale observar é a inclusão de estudos relacionados ao potencial do hidrogênio verde, produzido a partir da eletricidade oriunda de fontes renováveis e limpas (como eólica, biomassa, solar etc.). Apesar das várias formas de obtê-lo, a principal aposta é na quebra das moléculas da água usando energia renovável. Considerado o combustível do futuro, o hidrogênio verde terá papel primordial na transição de um mundo carbono neutro.



## ONDE QUEREMOS CHEGAR

---

---

Para que o Brasil atinja uma matriz energética 100% renovável em 2050, como defendido no documento Visão 2050 do CEBDS, é de suma importância que se incluam os riscos climáticos como elemento central do planejamento energético nacional, bem como a priorização da incorporação de cenários com fontes de energia renovável para além da opção hidrelétrica no planejamento do setor elétrico, uma vez que 65% da eletricidade no país em 2020 foi gerada por hidrelétricas<sup>38</sup>.

Outro ponto relevante é a associação do setor elétrico ao de óleo e gás (em razão do papel do gás natural na matriz elétrica brasileira) apontada no planejamento do setor energético - Plano Decenal de Expansão de Energia e Plano Nacional de Energia. Apesar da grande relevância do gás natural para complementação de potência na matriz brasileira, é uma questão complexa que deve ser analisada levando-se em consi-

<sup>37</sup> International Energy Agency - IEA. Net Zero by 2050: A Roadmap for the Global Energy Sector, Paris, 2021, 224 p.

<sup>38</sup> EPE - Empresa de Pesquisa Energética. Balanço Energético Nacional (BEN) Relatório Síntese - 2021. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br>>.

deração fatores econômicos, sociais e ambientais, especialmente por causa das externalidades negativas provocadas pela continuidade do uso de combustíveis fósseis, como o gás natural.



## POR QUE IMPLEMENTAR ESSA PROPOSTA?

Diversos países do mundo já posicionam a mudança global do clima como um fator central do planejamento energético, como o Chile e a África do Sul, além da União Europeia. A implementação de um plano robusto e ambicioso de transição energética auxiliaria o país a recuperar espaços de diálogo internacional, a cumprir sua meta de redução de emissões (a NDC, ou Contribuição Nacionalmente Determinada) e a gerar emprego, renda e desenvolvimento. O caminho global apontado pela IEA estima a criação de 14 milhões de novos postos de trabalho até 2030 com as fontes limpas e renováveis.

Para isso, o Brasil precisa aproveitar as janelas de oportunidade que se abrem em decorrência da transição energética nos horizontes de 2030 e 2050. É necessário criar um plano de transição estruturado que aponte soluções e oportunidades imediatas e futuras.

Com isso, pode-se aproveitar de forma estratégica o grande potencial energético renovável do Brasil em relação a atuais e novas tecnologias, bem como aumentar a eficiência energética e direcionar o setor para a descarbonização. Isso colocará o país como líder global da agenda de transição energética, em linha com a ambição climática do Acordo de Paris e na direção apontada pela IEA.



A implementação de um plano robusto e ambicioso de transição energética auxiliaria o país a recuperar espaços de diálogo internacional, a cumprir sua meta de redução de emissões (a NDC, ou Contribuição Nacionalmente Determinada) e a gerar emprego, renda e desenvolvimento.



Proposta

9

Ratificar as metas que vierem a ser definidas por acordo na COP 15 de Biodiversidade e desenvolver a estratégia e plano de ação nacional para o seu cumprimento.



#### SITUAÇÃO ATUAL

Um estudo da University College London<sup>39</sup>, em 2016, destacou que o número de espécies nativas está abaixo do "limite seguro" para a ma-

<sup>39</sup> Newbold, Tim, et al. "Has land use pushed terrestrial biodiversity beyond the planetary boundary? A global assessment." *Science* 353.6296 (2016): 288-291.

nutrição de um ecossistema saudável em 58% da superfície terrestre e que a biodiversidade no mundo caiu para 84,6%. O estudo considerou o índice de biodiversidade existente antes da ocupação humana.

Essa perda ultrapassou os limites considerados seguros pelos ecologistas. Estima-se que cerca de 1 milhão de espécies de plantas e animais enfrentam a extinção no mundo devido às atividades humanas, e outras logo desaparecerão, ameaçando o funcionamento dos ecossistemas e da vida humana na Terra, comprometendo o bem-estar de 3,2 bilhões de pessoas..



## ONDE QUEREMOS CHEGAR

Como forma de deter e reverter a perda da biodiversidade hoje no mundo, está sendo elaborado o novo Marco Global para a Biodiversidade (GBF), com metas a serem cumpridas até 2030 - que também visam conduzir a uma vida em harmonia com a natureza até 2050.

A construção de um marco global ambicioso e efetivo tem o potencial de preservar a natureza e acelerar significativamente a transformação dos sistemas econômicos e financeiros para um mundo equitativo e positivo para a natureza e neutro em carbono, impulsionando a transição para uma economia verde, por meio do estímulo à elaboração de estratégias empresariais sustentáveis e do investimento necessário do setor privado na geração de empregos limpos e novas oportunidades econômicas.



## POR QUE IMPLEMENTAR ESSA PROPOSTA?

O Brasil detém a maior diversidade biológica no mundo, possuindo entre 15-20% do valor mundial. Os serviços ecossistêmicos gerados pela biodiversidade trazem inúmeros ganhos para a economia nacional e para a sociedade brasileira.

Destacamos os produtos oriundos de extrativismo florestal não-madeireiro, sistemas agroflorestais, pesca e piscicultura tropical e hortifruticultura tropical compatíveis com a floresta amazônica, que geraram uma receita anual de US\$ 298 milhões entre 2017 e 2019, segundo dados do Imazon.

A ratificação das metas que vierem a ser definidas no novo Marco Global para a Biodiversidade, na COP 15, trará proteção jurídica, em cumprimento aos três pilares da Convenção de Biodiversidade: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. Vai também estimular a transição para uma economia mais sustentável e uma vida em harmonia com a natureza até 2050, trazendo, assim, grandes benefícios para a natureza, o país e sua economia.



Proposta

10

Fortalecer o licenciamento ambiental e aparelhar as autoridades competentes, de forma a assegurar o rigor técnico essencial ao princípio da prevenção e precaução de danos socioambientais e, ao mesmo tempo, garantir maior agilidade aos processos.



## SITUAÇÃO ATUAL

O licenciamento ambiental tem um papel crucial na viabilização dos empreendimentos. Para as empresas, este processo é uma oportunidade para a incorporação de todos os cuidados e medidas necessárias na dimensão socioambiental, que lhe permitem estreitar relações com as comunidades, cumprir os preceitos legais e, muitas vezes, contribuir para a aderência às diretrizes de organismos ou entidades setoriais no plano global, liberando acesso a financiamentos e certificações que constituem um diferencial para o acesso a mercados<sup>40</sup>.

Em junho de 2019, lançamos o estudo “Contribuições para o Debate Sobre a Melhoria da Gestão do Licenciamento Ambiental Federal”, para o qual ouvimos os principais atores relacionados ao licenciamento ambiental no Brasil, especialmente empresas que demandam as licenças e os órgãos ambientais responsáveis por concedê-las. O resultado foi um quase consenso de que não é preciso mudar a lei de licenciamento ambiental no Brasil, e sim adotar medidas administrativas que podem trazer mais racionalidade, previsibilidade e efetividade aos processos.<sup>41</sup>



## ONDE QUEREMOS CHEGAR

Adoção de medidas práticas, como padronização de procedimentos, estabelecimento de novos ritos, diminuição da subjetividade na tomada de decisão pelos técnicos e alteração dos fluxos internos dentro dos órgãos ambientais e na relação destes com os órgãos intervenientes. A principal proposta é a revisão dos modelos dos Estudos de Impacto Ambiental (EIAs), de modo a torná-los instrumentos mais focados no prognóstico do que no diagnóstico. Isso permitiria que o licenciamento fosse o pontapé inicial para um programa de gestão ambiental do empreendimento, servindo, ao mesmo tempo, para atender à conformidade legal e qualificar os empreendimentos às diretrizes e normas do mercado global.

<sup>40</sup> CEBDS, 2021. Posicionamento sobre a Lei Geral do Licenciamento Ambiental – PL 3.729/2004. Disponível em: <https://cebds.org/wp-content/uploads/2021/06/cebds.org-posicionamento-sobre-a-lei-geral-do-licenciamento-ambiental-pl-3-7292004-licenciamento-ambiental-cebds-jun.2021-1.pdf>

<sup>41</sup> CEBDS, 2019. Contribuições para o Debate Sobre a Melhoria da Gestão do Licenciamento Ambiental Federal. Disponível em: <https://biblioteca.cebds.org/melhoria-da-gestao-do-licenciamento-ambiental-federal>



## POR QUE IMPLEMENTAR ESSA PROPOSTA?

---

---

O licenciamento ambiental é um instrumento importante da administração pública que assegura a proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida para uso de toda a coletividade.

Dessa forma, as contribuições sugeridas para melhoria e qualificação do licenciamento ambiental federal com foco na gestão contribuirão para a celeridade do processo e sua desburocratização, proporcionando benefícios significativos para a conservação do meio ambiente e para a sociedade, além de ajudar a reduzir custos empresariais, gerar emprego e benefícios econômicos para o país.

Ademais, tais mudanças vão estabelecer medidas que facilitem o diálogo entre o setor empresarial e os órgãos envolvidos no licenciamento ambiental, gerando agilidade e previsibilidade, mas também resguardando os princípios constitucionais, da Política Nacional do Meio Ambiente e das demais legislações ambientais vigentes. O resultado será crescimento econômico alinhado à proteção da biodiversidade.



Tais mudanças trarão crescimento econômico alinhado à proteção da biodiversidade



## Proposta

# 11

Acabar com os lixões e assegurar a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos sólidos até 2024, bem como estimular o avanço do saneamento básico, visando à universalização do serviço até 2033, garantindo que 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% contem com coleta e tratamento de esgoto.



## SITUAÇÃO ATUAL

Os desafios do Brasil são grandes. Em 2020, foram gerados 82,5 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos<sup>42</sup>. Desse montante, cerca de 6,4 milhões de toneladas não foram sequer coletadas. Além disso, 40% do que foi efetivamente coletado foi disposto inadequadamente em lixões ou aterros sem o rigor necessário. Ainda assim, o mercado de limpeza urbana movimentou R\$ 28,1 bilhões em 2018, empregando 332 mil pessoas.

Com relação à água potável, o Brasil avançou nas últimas décadas, apesar de 35 milhões de pessoas (17% da população brasileira) ainda não terem acesso à água tratada, e 18,4 milhões (9%) não receberem água encanada diariamente<sup>43</sup>. Quase metade da população brasileira não possui coleta de esgoto e apenas 50%<sup>44</sup> do volume gerado de esgoto no país é tratado.

O novo Marco Legal do Saneamento (lei 14.026, de 2020) prorrogou a eliminação dos lixões e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos até 2024. Previu ainda a universalização dos serviços de saneamento básico até 2033.



## ONDE QUEREMOS CHEGAR

O país precisa, no curto prazo, dar destinação correta aos resíduos gerados, além de reduzir a quantidade de materiais descartados. Para isso, é fundamental que os produtos e serviços tenham cada vez mais um design circular desde sua concepção. Além disso, são necessários investimentos contínuos em infraestrutura, inovação, educação e destinação correta de resíduos. Até 2050, a economia circular precisa se tornar central na tomada de decisão de negócios, e soluções e negócios circulares devem se tornar regra.

Já em relação ao saneamento básico, para sua universalização, é importante garantir uma gestão integrada da água, além de investimento contínuo - que deve ser garantido por meio de parcerias entre o poder público e o setor privado. Também é fundamental construir sistemas de abastecimento de água e efluentes resilientes aos efeitos da crise climática. Outra medida muito eficaz é estimular a água de reúso, que transforma o esgoto tratado em um novo produto, diminuindo a utilização de água tratada para fins não potáveis e promovendo uma economia circular.

<sup>42</sup> Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil 2021. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama/>

<sup>43</sup> IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. PNAD. Link para o dado: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6733>. Acesso em 02/10/2020.

<sup>44</sup> Instituto Trata Brasil. Ranking de Saneamento Básico, 2022. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2022/>.



## POR QUE IMPLEMENTAR ESSA PROPOSTA?

A falta de saneamento básico gera milhares de internações e mortes todos os anos no Brasil. Apenas em 2019, foram 273 mil hospitalizações e 2,7 mil mortes, segundo o Instituto Trata Brasil<sup>45</sup>. O estudo aponta que, quanto menos acesso a saneamento as pessoas têm, maior a taxa de internações por doenças de veiculação hídrica, que incluem diarreia, dengue, leptospirose, esquistossomose e malária.

A diarreia é a segunda maior causa de mortes em crianças abaixo de 5 anos de idade, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). E dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que 88% das mortes pela doença no mundo são causadas pelo saneamento inadequado<sup>46</sup>.

Universalizar o saneamento básico é urgente, e tem potencial de trazer ganhos em diferentes esferas: reduziria o número de mortes e hospitalizações por doenças evitáveis, geraria uma economia importante para o sistema de saúde e melhoraria o rendimento escolar de crianças e adolescentes<sup>47</sup>.

Como destacamos na nossa "Visão 2050", por possuir uma cadeia de valor longa, que contempla variados setores da economia, o investimento em tratamento de água e esgoto tem um efeito multiplicador. Projetos de saneamento podem, ao mesmo tempo, proporcionar melhores condições de saúde e gerar empregos, promovendo impacto econômico, social e ambiental positivos.

Da mesma forma, o destino inadequado do lixo atrai vetores de doenças e ainda contamina o solo e as águas subterrâneas, por exemplo. São efeitos ambientais e sociais graves, que precisam ser revertidos.

<sup>45</sup> Instituto Trata Brasil. Saneamento e doenças de veiculação hídrica – ano base 2019. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/pt/estudos/estudos-itb/itb/saneamento-e-doencas-de-veiculacao-hidrica-ano-base-2019>

<sup>46</sup> Jornal da USP. <https://jornal.usp.br/atualidades/dados-da-onu-mostram-que-15-mil-pessoas-morrem-anualmente-por-doencas-ligadas-a-falta-de-saneamento/>

<sup>47</sup> CEBDS. Saneamento básico influencia na educação. Disponível em: <https://cebds.org/saneamento-basico-influencia-na-educacao/#.Yv-gbHbMLIU>



## Proposta 12

Estabelecer e implementar plano prioritário estratégico de arranjo de políticas e metas para os próximos anos, colocando a tecnologia no centro de transformação da economia e no plano de desenvolvimento sustentável do país.



### SITUAÇÃO ATUAL

O Brasil se destaca como grande produtor e exportador de commodities e produtos provenientes de atividades extrativistas. Essa posição foi alcançada graças ao investimento e consequente desenvolvimen-

to tecnológico do país. A Embrapa é um bom exemplo deste investimento e do alto retorno do mesmo. Temos ainda um grande potencial para agregar mais valor à nossa pauta de exportações, com espaço para mais produtos e serviços de alta tecnologia.

Enfrentamos, porém, uma carência em educação e na formação em habilidades digitais, que se reverte em gargalos para o desenvolvimento da economia.

Apesar da crescente importância dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, o Brasil caiu da 47ª posição, em 2011, para a 66ª posição em 2018 no Global Innovation Index (GII), ranking com 129 países elaborado pela Universidade de Cornell, em associação com o Insead e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual. No último Relatório Global de Competitividade (2018-2019), o Brasil ocupa a 72ª posição, entre 140 países, regredindo três posições em relação a 2017 (World Economic Forum, 2019).



## ONDE QUEREMOS CHEGAR

Propomos estabelecer e implementar um plano estratégico de políticas e metas que coloque a tecnologia digital e os investimentos em inovação no centro de transformação da economia rumo ao desenvolvimento sustentável.

Defendemos o desenvolvimento de uma economia regenerativa capaz de produzir bem-estar e prosperidade, valorizando a sociobiodiversidade brasileira. Um dos caminhos passa por usar o aprendizado do desenvolvimento tecnológico das nossas atividades de base para auxiliar no desenvolvimento da indústria 4.0, que irá gerar produtos e serviços com mais tecnologia agregada e benefícios melhor distribuídos na nossa sociedade. O encontro de saberes tradicionais com a ciência moderna do século XXI é uma das áreas mais promissoras para o desenvolvimento tecnológico e a inovação.



## POR QUE IMPLEMENTAR ESSA PROPOSTA?

A inovação tecnológica é transversal a vários temas abordados neste documento - do combate ao desmatamento à redução das desigualdades educacionais; do desenvolvimento de um agronegócio cada vez mais inovador à transição energética. Estimular a inovação na economia promoverá avanços nos negócios e a geração de renda e empregos mais qualificados.

Na nova economia verde, a inovação é o motor de muitas soluções para o combate à emergência climática e à perda de biodiversidade. A pandemia de Covid-19 também impôs novos desafios e oportunidades, nos quais a tecnologia pode contribuir para importantes avanços nos mais variados setores.

Ações e metas já adotadas por diversos países, como iniciativas da Década Digital da Europa, do Reino Unido ou da Austrália, promovem a transformação digital de organizações, negócios e serviços públicos.

O investimento em educação (seja na formação ou requalificação profissional), inclusive com parcerias com o setor privado, ampliará o exercício da cidadania digital, as oportunidades para a população e a produtividade nos negócios.

# Nota de isenção de responsabilidade\*

---

---

---

\*Este documento foi construído pelo CEBDS, com apoio de suas empresas associadas. Seu objetivo é identificar ações governamentais ou políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento mais sustentável do país e influenciar o plano de governo do próximo ou da próxima presidente da República, dos governadores de Estado, senadores e deputados.

O documento não tem por objetivo apoiar politicamente um ou outro candidato ou partido. Pretende, sim, contribuir com o plano de governo e de atuação legislativa de todos eles.

Este texto é publicado em nome do CEBDS. Isso não significa, no entanto, que todos os associados do Conselho endossem a íntegra do seu conteúdo ou concordem com todas as propostas aqui reunidas. Fica a critério do leitor usar o relatório ou nele basear-se.



[www.cebds.org](http://www.cebds.org)